

Albuíno adia execução da reforma admin

O governador Albuíno Azeredo (PDT) foi empossado no dia 15 de março em clima de festa e emoção, com a promessa de fazer um Governo transparente e com uma diretriz de centro-esquerda. Ele definiu seu secretariado apenas na véspera da posse e anunciou que sua equipe tem a sua cara e com um perfil de centro-esquerda. Da equipe de Albuíno, 70% foram integrantes do Governo anterior, de Max Mauro.



Uma meta do governador não foi atingida neste ano: a reforma administrativa. O assunto foi amplamente discutido antes da posse e logo depois de ter assumido o Governo, mas apenas a primeira etapa foi cumprida, com a extinção e criação de secretarias de Estado. A reforma profunda nos órgãos de segundo e terceiro escalões não foi conseguida, porque a proposta do governador provocou polêmica na Assembléia Legislativa e principalmente entre os servidores públicos.

O projeto, segundo o governador, tinha por objetivo tornar a máquina administrativa "mais ágil e eficiente", mas a possibilidade de demissões, com a extinção de vários órgãos e a fusão de outros, repercutiu negativamente junto aos servidores e as pressões foram intensas tanto no Governo como na Assembléia Legislativa. Os deputados estaduais receberam um esboço do projeto, que nem chegou a ser encaminhado à Assembléia Legislativa.

No decorrer do ano, foram muitas as críticas e insinuações ao governador sobre a influência de Max Mauro em sua administração. Albuíno e Max sempre negaram que o ex-governador tivesse interferência no atual Governo. Entretanto, em outubro, o prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Theodorico de Assis Ferraço (PTB), um aliado de primeira hora da campanha de Albuíno, fez críticas veladas ao ex-governador.

Ferraço disse ter informações de que Max estaria por trás de Albuíno em todos os escalões políticos, prejudicando as ações do governador. As declarações do prefeito o levaram a uma longa reunião com o ex-governador para colocar tudo em "pratos limpos". Depois, outro aliado de Albuíno, o prefeito de Barra de São Francisco, Enivaldo dos Anjos (sem partido), licenciou-se da presidência da Associação dos Prefeitos do Espírito Santo (Amunes) para não ter que criticar o governador na política de municipalização das ações do Governo, "que não está sendo implementada a contento".

Albuíno já admitiu que no início de 1992 terá que fazer alterações em sua equipe de Governo. Equipe que foi montada no final de abril e da qual 70% integraram a administração de Max Mauro. Neste primeiro ano de Governo, ele reuniu várias vezes o secretariado e também vez reuniões conjuntas do primeiro e segundo escalões. Em junho, entretanto, numa reunião na Praia da Costa, o governador deu um "puxão de orelhas" nos auxiliares e avisou: "Os que não estiverem satisfeitos com as diretrizes e rumos do Governo, que saiam".

Foi um recado para que os que criticavam a demora da administração na implementação das políticas traçadas pelo governador e também um aviso aos que, nos bastidores, criticavam os colegas.



Foto de Gildo Loyola/Arquivo

Albuíno, com o vice Adelson Salvador, reunido com líderes grevistas da Polícia Civil: as paralisações foram o principal problema do Governo

Greves de servidores tumultuam Governo

As greves no serviço público foram o principal problema enfrentado pela administração estadual, que conviveu com elas desde os primeiros meses do ano. Os setores essenciais foram paralisados e o Governo teve que recorrer à Justiça para garantir o funcionamento do Departamento Médico Legal (DML). As passeatas dos servidores em greve paralisaram o trânsito de Vitória por vários dias e a greve foi esvaziada com a tática da negociação em separado do reajuste salarial para as diferentes categorias.

Os servidores da RTV-ES, em junho, conseguiram retirar do ar as duas estações (TV e rádio) e a Polícia Militar foi convocada a cercar os prédios onde estão instaladas. Foi o primeiro incidente. Depois, pararam os servidores da administração indireta. Eram 45 mil servidores da administração direta e 4.500 da indireta lutando por reajuste salarial. Os da indireta pediam de 110% e 422% e os da direta, 313%. O Governo oferecia 15,45% de aumento, mais Cr\$ 10 mil de abono.

Em meados de junho, eram 8.890 servidores da administração indireta parados e várias categorias da direta, sendo o magistério a mais numerosa. Os servidores federais também pararam. Servidores

da Ceturb, DEC, DEO, DER, DIO, Emater, Emcapa, Cases, Emespe, Iesp, Instituto Jones Santos Neves, Iesbem, Detran, Crefes, médicos, odontólogos, professores, portuários, ITCF, Escola Técnica, e INSS reivindicavam melhores salários.

As negociações não levaram a um acordo e no início de julho o governador determinou o corte do ponto dos grevistas. As folhas de pagamento foram suspensas e, além do corte de ponto, a promessa do Governo de abertura de inquérito administrativo contra os estatutários com mais de 30 faltas no trabalho. No 24º dia de greve do magistério, os professores ocuparam a sede da Secretaria de Educação e "elegeram" a professora Carmelita Mattos dos Santos para substituir Saturnino Mauro.

Os servidores criticavam o Governo pela intransigência nas negociações e os servidores eram criticados pela radicalização do movimento. As críticas à política salarial do Governo atingiram cinco oficiais da Polícia Militar, que se rebelaram contra os baixos salários pagos aos integrantes da corporação. Em represália, o governador os destituiu dos postos de comando. No Detran, dois servidores fizeram greve de fome. A descentralização das negociações foi iniciada

no dia 13 de julho.

A Ceturb chegou a 50 dias de paralisação; os professores, 36 dias; o Iesbem, 48; o DIO, 49; o Detran, 52; o DEC, 71; os servidores federais de saúde, 58 dias. No 52º dia de greve, o governador, que sempre se negou a negociar diretamente com os servidores, pediu uma trégua ao movimento. Mas foi com a greve da Polícia Civil que a situação se agravou, porque os cadáveres não eram recolhidos para perícia. Em setembro, com 18 dias de paralisação da Polícia, o governador considerou "preocupante" a greve.

O deputado federal Roberto Valadão (PMDB) pediu intervenção federal no Espírito Santo, porque os corpos eram recolhidos pelos bombeiros e depositados no Hospital Dório Silva. Quando as geladeiras ficaram lotadas, os mortos eram deixados no jardim do hospital. O governador, no dia 04 de setembro, fez um pronunciamento pela televisão criticando a greve dos policiais e o Governo conseguiu, na Justiça, a reabertura do Departamento Médico Legal (DML), que passou a funcionar sob a proteção da Polícia Militar.

No dia 14 de setembro, o governador Albuíno Azeredo viajou para Cuba. O vice-governador Adelson Salvador (PDT) assumiu

a governadoria interinamente — foi a única vez durante o ano que o vice substituiu o governador — e passou a negociar com os grevistas. Numa reunião, que foi até à madrugada do dia 21, os policiais civis encerraram a greve de 35 dias. Também nesse dia foi suspensa a terceira greve de 36 dias do Detran. Várias categorias ingressaram na Justiça para recompor a perda salarial e a maioria obteve vitória. O Governo recorreu das decisões e os recursos ainda não foram apreciados.

A população ainda teve outros transtornos: a greve geral convocada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que foi parcial, mas parou Vitória e as cidades maiores do interior do Estado. Nos meses de junho e julho, onde foi mais intenso o movimento dos servidores, 14 órgãos da administração indireta chegaram a paralisar as atividades. Teve a "operação-tartaruga" dos policiais civis e militares, que deixou a população ainda mais insegura. A Junta Comercial do Espírito Santo, fundada em 1909, teve a primeira greve de sua história, neste ano, quando, no mês de julho, os funcionários pararam por sete dias. No Porto de Vitória, 29 contêineres carregados de componentes da Fiat só foram liberados com a intervenção do governador do Estado.